

A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE LITERATURA SOB A PERSPECTIVA FEMININA: REFLEXÕES A PARTIR DO PIBID

Antonio Inácio Gomes do Nascimento ¹
Tamires Souza Ribeiro ²
Daniel Aguiar e Silva ³

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discutir a importância do ensino da literatura brasileira a partir da perspectiva feminina, considerando os impactos dessa abordagem na formação crítica e sensível de estudantes do Ensino Médio. Parte-se da compreensão de que o cânone literário, historicamente marcado por vozes masculinas, invisibiliza ou marginaliza a produção de autoras brasileiras, o que reforça desigualdades de gênero e limita possibilidades de identificação e reconhecimento por parte dos(as) alunos(as). A proposta dialoga com pressupostos do letramento literário (Paulino; Cosson, 2009), da pedagogia crítica feminista (hooks, 2017), voltada à ruptura de estruturas opressoras, dos estudos feministas voltados ao resgate e valorização de autoras (Schmidt, 2007) e da educação literária como prática emancipatória (Petry, 2019), ao defender a inserção consciente de obras escritas por mulheres e sobre o universo feminino no currículo escolar. Também são discutidas estratégias pedagógicas que valorizem a pluralidade de experiências e rompam com estereótipos normativos, a partir de autoras como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Júlia Lopes de Almeida e outras. O ensaio ainda reflete sobre o papel docente na mediação dessas vozes e a urgência de uma prática pedagógica comprometida com a equidade, a representatividade e a construção de uma leitura mais diversa da literatura brasileira. A discussão parte de experiências vivenciadas durante o módulo de regência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), nas quais foi possível observar a ausência de autoras femininas nos conteúdos literários trabalhados em sala de aula. Ao mesmo tempo, destacou-se o interesse dos(as) estudantes em conhecer essas escritoras, o que evidencia a necessidade de incluí-las no ensino por uma questão de identificação, pertencimento e valorização da diversidade de vozes na literatura.

Palavras-chave: Literatura brasileira; autoria feminina; formação crítica; letramento literário; representatividade.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ensino de literatura no Brasil tem sido guiado por um cânone que privilegia, majoritariamente, autores homens, brancos e pertencentes às elites culturais.

1 Graduando do Curso de Letras: Português e Inglês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Tianguá. E-mail: inacio.nascimento09@aluno.ifce.edu.br;

2 Graduada do Curso de Letras: Português e Inglês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Tianguá. E-mail: tamires.souza07@aluno.ifce.edu.br;

3 Mestre em Linguística Aplicada, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) Campus Tianguá. E-mail: daniel.aguiar@ifce.edu.br.



Essa herança ainda se reflete nos currículos escolares, onde escritoras brasileiras aparecem de forma pontual ou são completamente ignoradas. Ao excluir vozes femininas, o ensino limita as possibilidades de representação e impede que os estudantes reconheçam, nos textos, a diversidade de experiências humanas presentes em nossa cultura.

Nesse viés, repensar o ensino da literatura a partir de uma perspectiva feminina e crítica, torna-se um ato de resistência. Essa proposta se aproxima das concepções de letramento literário (Paulino; Cosson, 2009) e de educação emancipatória (Petry, 2019), que entendem a leitura não apenas como uma vivência estética, mas também como um ato político capaz de formar sujeitos críticos e conscientes de seu lugar no mundo.

O presente ensaio busca responder à seguinte questão: em que medida incluir autoras brasileiras no currículo escolar representa um ato de resistência e reconstrução de identidades? Essa inquietação surgiu a partir de uma experiência docente no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do IFCE câmpus Tianguá, durante uma aula sobre o pré-modernismo em que foi mencionada brevemente a escritora Júlia Lopes de Almeida. O interesse imediato dos estudantes, principalmente das meninas, pela autora mostrou o quanto a ausência feminina no currículo desperta curiosidade e aponta para a urgência de uma educação literária mais plural e representativa.

As reflexões apresentadas neste trabalho baseiam-se em Schmidt (2007), bell hooks (2017), Petry (2019) e Paulino e Cosson (2009). Schmidt discute como o cânone literário se formou a partir de uma lógica excludente, que marginalizou as vozes femininas. Já bell hooks ajuda a compreender o papel político da educação e do discurso na construção das identidades. Petry, juntamente com os autores Paulino e Cosson, propõe uma leitura literária emancipatória, em que o letramento literário se torna instrumento de formação crítica, diálogo e reconhecimento da diversidade.

Para desenvolver essa discussão, o ensaio se organiza em quatro partes. No primeiro, analisa-se a persistência do cânone e o apagamento das mulheres na literatura brasileira. Já no segundo, apresentam-se as perspectivas teóricas do letramento literário e da educação emancipatória. Enquanto no terceiro, discute-se a necessidade de uma educação literária feminista e plural. Por fim, propõem-se práticas possíveis para o ensino de autoras brasileiras, seguidas das considerações finais.



A PERSISTÊNCIA DO CÂNONE E O APAGAMENTO DAS MULHERES NA LITERATURA BRASILEIRA

O cânone literário pode ser entendido como o conjunto de obras e autores consagrados pela tradição escolar e crítica, sendo resultado de um processo de seleção marcado por relações de poder. Por muito tempo, a literatura brasileira foi apresentada como expressão universal do nacionalismo, porém, essa universalidade representava, na verdade, uma experiência restrita, sendo assim, masculina, branca e elitizada. A autoria feminina, quando não invisibilizada, é tratada como menor, doméstica ou sentimental, reforçando estereótipos que limitavam o lugar da mulher na produção intelectual.

Desde o século XIX, escritoras como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Emília Freitas, Hilda Hilst e tantas outras buscaram ocupar esse espaço, publicando romances, contos e poemas em um ambiente literário que as marginaliza. Entretanto, o mundo literário pouco reconheceu suas contribuições, preferindo destacar figuras masculinas que correspondiam ao ideal herdado do pensamento europeu. Como observa Rita Terezinha Schmidt (1995), a própria história da literatura tem gênero, isso significa que mantém uma narrativa oficial construída a partir de critérios que privilegiam autores homens, enquanto as mulheres aparecem como exceções ou curiosidades.

A ausência dessas autoras nos currículos escolares consolidou uma visão incompleta da literatura nacional, restringindo a formação dos leitores e reforçando hierarquias simbólicas entre homens e mulheres. De acordo com as críticas feministas e interseccionais, a exclusão das mulheres do cânone não é apenas um problema de representatividade, mas um mecanismo de manutenção do poder patriarcal. Teóricos como bell hooks (2017) e Paulino e Cosson (2009) destacam que o ato de ensinar é sempre político: ao selecionar determinados textos e autores, a escola contribui para legitimar visões de mundo, identidades e valores. Quando o currículo privilegia majoritariamente obras de homens brancos, ele reafirma uma estrutura social excludente e naturaliza a ausência de outros grupos.

No campo da literatura brasileira, essa crítica é especialmente pertinente. Mesmo em períodos de efervescência cultural, como o Modernismo, a presença feminina foi restrita e pouco celebrada. Autoras como Clarice Lispector e Raquel de Queiroz desafiaram o sistema literário, mas continuaram sendo lidas como exceções. Já a produção de mulheres negras,



indígenas e periféricas permaneceu ainda mais à margem, sendo incorporada à educação básica apenas recentemente, muitas vezes por iniciativas isoladas de professoras e projetos educacionais comprometidos com a diversidade, e não por políticas públicas estruturadas.

Ao refletir sobre o ensino da literatura, torna-se indispensável reconhecer o papel das autoras brasileiras na construção de uma identidade literária diversa e socialmente comprometida. A inserção dessas vozes no currículo escolar não se trata apenas de uma reparação histórica, mas de uma ação pedagógica que amplia os horizontes de leitura dos estudantes e oferece novas possibilidades de identificação. Aprofundando essa discussão, segundo as autoras Schmidt e Navarro (2007):

[...] a cultura literária constitui parte integrante do campo cultural e seu desenvolvimento foi, até há pouco tempo, regulado e controlado ideologicamente pela hegemonia patriarcal e seus pressupostos sobre diferenças assimétricas e hierárquicas de gênero, o que significa dizer que as mulheres que atuaram, no passado, no campo das letras, ficaram à margem da literatura, esquecidas e silenciadas nas histórias literárias. Nesse sentido, uma visada crítica às culturas literárias nacionais ilumina as conexões entre cultura e poder, entre instituição intelectual e dominação, entre privilégio e exclusão (Schmidt; Navarro, 2007, p. 85)

Revisitar o cânone brasileiro, portanto, é um passo fundamental para a construção de uma educação literária mais inclusiva e plural. Isso não significa descartar os clássicos, mas repensar a centralidade exclusiva de autores homens e contextualizar as obras à luz de novas perspectivas, colocando-as em diálogo com vozes historicamente silenciadas. Inserir no currículo autoras como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida e Hilda Hilst permite questionar o modelo de nação e de mulher projetado pela literatura do século XIX. Da mesma forma, ao aproximar estudantes de escritoras contemporâneas como Conceição Evaristo, a escola oferece a oportunidade de refletir sobre o racismo estrutural e as desigualdades de gênero que ainda moldam o país.

Como observa Petry (2019), o ensino da literatura deve se orientar por princípios emancipatórios, estimulando a leitura crítica e o reconhecimento das vozes múltiplas que compõem o tecido social. Ao trazer essas vozes para o centro da sala de aula, o professor assume o papel de mediador político da leitura, ajudando os estudantes a construir novas formas de ver e sentir o mundo. Reconhecer o apagamento das mulheres no cânone, portanto, não é apenas um exercício de memória literária, mas uma tarefa ética: implica repensar o





papel da escola na produção do conhecimento e na formação de sujeitos mais justos, críticos e sensíveis.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS: LETRAMENTO LITERÁRIO E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Refletir sobre o ensino de literatura é também pensar a respeito da formação humana, já que a formação crítica de um leitor se constitui como uma prática social e política, mais do que somente um exercício de decodificar palavras. A partir disso, o conceito de *letramento literário*, definido por Paulino e Cosson (2009), nos ajuda a compreender a leitura como uma prática que ultrapassa o domínio técnico das palavras. Como pontuado, segundo os autores, ler literatura é uma experiência que envolve sensibilidade, imaginação e, sobretudo, consciência crítica.

Nessa perspectiva, o letramento literário se apresenta como um processo formativo que abrange tanto o domínio das práticas de leitura quanto o desenvolvimento de uma sensibilidade ética e estética. A leitura de obras literárias possibilita o contato com múltiplas vozes, tempos e espaços, convidando o sujeito a experimentar o outro e a questionar as hierarquias que estruturam o mundo social. Paulino e Cosson (2009) defendem que a escola deve assumir o compromisso de formar leitores literários autônomos, capazes de dialogar criticamente com os textos e com as realidades que eles representam. Logo, o ensino da literatura precisa deixar de ser uma mera transmissão de um repertório canônico e passar a ser um campo de mediação entre a experiência estética e a formação cidadã.

Em diálogo com essa mesma ideia, a autora Petry (2019) afirma que a educação literária como uma prática emancipatória, visando não apenas o acesso ao texto literário, mas a emancipação do leitor por meio dele. Para ela, o contato com o texto literário tem o potencial de libertar o leitor das leituras únicas e dos modelos fixos de interpretação. A escola, ao incentivar o contato com diferentes autoras e autores, cria condições para que o estudante se reconheça como sujeito de leitura, capaz de refletir sobre o mundo e sobre si mesmo. Petry defende que a literatura deve provocar movimento, deslocamento e empatia e é justamente nisso que reside o seu valor formativo.

Nesse contexto, a leitura literária se torna também um ato político. Ao permitir que estudantes se reconheçam em narrativas antes marginalizadas, o ensino da literatura atua na





reconstrução de identidades e no fortalecimento da cidadania. Ler autoras brasileiras, especialmente mulheres negras, periféricas ou de outros grupos, significa romper com a lógica excludente do cânone e com os mecanismos de invisibilização que atravessam a história literária nacional. Trata-se, portanto, de uma prática de resistência que questiona a quem servem as narrativas hegemônicas e quais outras histórias precisam ser contadas para que o espaço escolar se torne mais justo e plural.

A inclusão das autoras brasileiras no currículo escolar representa mais do que uma atualização de repertório: é um gesto pedagógico e político que promove a emancipação dos sujeitos pela via da literatura. Ao reconhecer a literatura como espaço de escuta, de memória e de transformação, a escola contribui para formar leitores capazes de compreender criticamente o mundo e de reescrevê-lo. Dessa forma, o letramento literário, juntamente da educação emancipatória, consolida-se como caminho para uma educação que não apenas ensina a ler textos, mas ensina a ler a vida e, sobretudo, a transformá-la.

AUTORAS BRASILEIRAS E PRÁTICAS POSSÍVEIS NO ENSINO

A inclusão de autoras brasileiras no ensino básico é um gesto de revisão crítica e de ampliação dos sentidos do literário. Conforme argumentam as autoras Rita Terezinha Schmidt e Márcia Hoppe Navarro (1995), a exclusão das mulheres do cânone tradicional não é apenas uma ausência quantitativa, mas o resultado de uma ideologia de gênero que define o que pode ou não ser considerado universal. Ao trazer essas vozes para a sala de aula, o professor questiona essa ideologia e possibilita uma leitura mais plural da cultura.

Escritoras como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Emília Freitas, Hilda Hilst e Lygia Fagundes Telles evidenciam, em suas obras, experiências de vida e modos de resistência que desafiam as estruturas patriarcais e racistas que marcaram a literatura brasileira. A presença dessas autoras no currículo contribui para a reconstrução de identidades, na medida em que oferece representações variadas de gênero, classe e raça, fortalecendo a noção de que experiências historicamente silenciadas também possuem valor e relevância.

A obra *Úrsula* (1859), da maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira e escrito por uma mulher negra, apresenta uma narrativa que humaniza os sujeitos escravizados e denuncia a violência da





escravidão. Ao incluir esse texto no ensino, o professor possibilita que os estudantes reconheçam a presença de vozes femininas e negras na fundação da literatura nacional. A respeito da obra Duarte (2019) afirma:

A obra de Maria Firmina dos Reis se destaca pelo pioneirismo. Seu romance *Úrsula* conta a história de amor entre a personagem que dá o título ao livro e o jovem Tancredo, ambos brancos, pertencentes à classe senhorial. O enredo traz as marcas do ultrarromantismo, inclusive com apelos incestuosos condensados no amor doentio do tio de Úrsula pela sobrinha, que o leva ao assassinato e à loucura. No entanto, o livro supera o padrão de sua época ao tocar na questão racial como um problema para o país. (Duarte, 2014, p. 55)

Júlia Lopes de Almeida, por sua vez, representa um elo fundamental entre o século XIX e as transformações do início do século XX. Autora de romances como *A falência* (1901) e *Memórias de Martha* (1889), ela aborda temas como a condição da mulher na sociedade urbana, as desigualdades de gênero e a hipocrisia moral da elite. Seu olhar crítico revela o lugar limitado reservado às mulheres no espaço doméstico e literário. Além disso, Júlia foi uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras, mas teve sua entrada vetada por ser mulher. Um fato que simboliza o apagamento feminino no campo intelectual brasileiro. Em sala de aula, a leitura de *A falência* pode promover reflexões sobre o trabalho, a autonomia e as contradições sociais, aproximando os estudantes das discussões sobre emancipação feminina e cidadania (Muzart, 2014).

Outra autora fundamental é Carolina Maria de Jesus, cuja obra *Quarto de despejo* (1960) traduz com força poética e realismo o cotidiano das mulheres negras e periféricas no Brasil. O diário de Carolina, escrito a partir de sua vivência na favela do Canindé, revela uma literatura marcada pela urgência da sobrevivência e pela lucidez crítica diante das desigualdades sociais. Em sala de aula, o texto pode ser explorado em projetos interdisciplinares com História e Sociologia, relacionando as condições de vida da autora às discussões sobre pobreza, exclusão e resistência. Além disso, a linguagem acessível e a estrutura fragmentada da obra permitem atividades de leitura compartilhada, rodas de conversa e produções textuais inspiradas em relatos autobiográficos, estimulando a escrita como prática de expressão e autoria. Duarte (2019) versa considerações sobre a autora afirmando:

A escrita de Carolina de Jesus é forte, densa, daquelas que incomodam e encantam ao mesmo tempo. [...] Carolina retrata sua indignação com o país em que



vivia, o qual permitia que grande parte sua população passasse fome. E a fome é companheira inseparável de Carolina em seu diário. O assunto é repetido diversas vezes, quase diariamente, a ponto de ela concluir: "O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora" (2000, p. 26). A consciência que a escritora demonstra diante das condições políticas e históricas que a levaram, como a muitos, ao quarto de despejo da favela, é surpreendente. (Duarte, 2019, p. 92).

Já na obra de Conceição Evaristo, *Ponciá Vivêncio* (2017), ao narrar a trajetória de Ponciá Vivêncio, uma mulher negra descendente de escravizados, marcada pela herança ancestral de luta, sofrimento e desterro, se estrutura em torno da memória e da busca por identidade. Segundo Duarte:

Já de pronto entende-se o nome da personagem como indicador de sua condição social e metáfora de todo um passado de traumas cuja memória se atualiza ao longo do enredo. Passado e presente se cruzam na meditação paralizante de Ponciá e o resultado indica o quanto a escravidão e seus resquícios surgem personificados no nome que ela carrega como se fosse uma cruz (Duarte, 2019, p. 143-144).

Ao trabalhar esse texto, o professor pode promover reflexões sobre empatia, ancestralidade e o lugar das mulheres negras na sociedade. Uma proposta didática possível é propor que os estudantes elaborem releituras visuais ou poéticas do conto, destacando as emoções e memórias que ele desperta. Essa abordagem valoriza tanto a leitura estética quanto o desenvolvimento da sensibilidade ética e emocional dos alunos.

No contexto da literatura fantástica, destaca-se Emília Freitas, autora cearense de *A Rainha do Ignoto* (2020). A narrativa, publicada pela primeira vez em 1899, constrói um universo utópico em que mulheres formam uma sociedade autônoma e solidária, desafiando simbolicamente o patriarcado. Trabalhar esse texto em sala de aula é uma oportunidade para discutir utopia, gênero e resistência, articulando literatura e cidadania. Uma proposta didática interessante é convidar os estudantes a imaginar e escrever “novos mundos possíveis”, inspirados em princípios de justiça e igualdade, exercitando a criatividade e o pensamento crítico. Corroborando com essa posição, Silva (2021) afirma:

Existe outra dimensão de *A Rainha do Ignoto*, este na esfera literária, que nos interessa aqui para ajudar no entendimento do ostracismo da obra nas letras nacionais: sua vinculação à Literatura Fantástica praticada no Brasil nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Mas não se trata de uma vinculação qualquer. Estamos falando aqui do primeiro romance longo de fantasia





escrito no Brasil, da obra inaugural da ficção científica brasileira de autoria feminina e, mais especificamente dentro desta vertente do fantástico, o romance iniciador das utopias literárias feministas em nossas terras (Freitas, 2021, p. 13)

A inclusão de Hilda Hilst, especialmente a seção "Poemas Malditos" do livro *Poemas Malditos, Gozosos e Devotos* (2005), é crucial para trazer um elemento de experimentação de linguagem e de transgressão ao currículo. Sua escrita, que é fragmentária e metafísica, desafia os limites formais e temáticos, problematizando o desejo, o sagrado e a morte. Conforme aponta Souza (2008), a tensão entre corpo e espírito, erotismo e devoção na poesia de Hilst revela uma incessante busca pelo sagrado. Em sala de aula, essa dimensão permite aos estudantes confrontar o cânone e, por meio de atividades performáticas e discussões orientadas (interdisciplinares com Filosofia e Artes), desenvolver a capacidade de acolher formas de linguagem não convencionais e refletir criticamente sobre questões estéticas-existenciais.

Além dessas autoras, Lygia Fagundes Telles, em contos como "Venha ver o pôr do sol", presente na obra *Antes do Baile Verde* (1970), explora as complexidades da condição humana e o universo psicológico feminino, oferecendo múltiplas possibilidades interpretativas. Sua escrita convida à análise simbólica e à compreensão de diferentes perspectivas sobre o amor, a liberdade e a opressão. De acordo com Saugo (2019), a narrativa de Telles é marcada pela presença do "aberto", entendido como lacunas e ambiguidades que provocam o leitor a imaginar o que está além do texto, o que reforça seu caráter reflexivo e a abertura para múltiplas leituras. Em sala de aula, esse tipo de texto estimula a interpretação crítica e o exercício da empatia, permitindo que os estudantes explorem os limites entre razão e emoção, realidade e imaginação.

Reunir essas vozes no espaço escolar é um gesto político e formativo: reafirma a literatura como espaço de resistência, amplia o repertório cultural dos estudantes e promove uma educação literária comprometida com a diversidade. Trabalhar com autoras brasileiras é também um modo de ensinar a ler o mundo, despertando o olhar sensível, empático e crítico, condição essencial para formar sujeitos capazes de reconhecer e transformar a realidade que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





O ensino de autoras brasileiras evidencia que incluir essas vozes no currículo escolar é um passo essencial para ampliar e repensar a formação literária dos estudantes, sem desconsiderar o cânone tradicional. Obras de autoras como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Emília Freitas, Hilda Hilst e Lygia Fagundes Telles permitem que os alunos reconheçam experiências diversas, confrontem desigualdades sociais e desenvolvam novas possibilidades de identificação e reflexão crítica. Desse modo, o ensino da literatura se transforma em um espaço de diálogo e de reconstrução simbólica, no qual o cânone é complementado e enriquecido com perspectivas historicamente silenciadas, demonstrando que a literatura não é neutra, mas um campo de disputas e um potente instrumento de transformação social.

Compreender o ensino literário sob essa ótica, não significa excluir autores consagrados, mas questionar a centralidade exclusiva das vozes masculinas que historicamente estruturaram a literatura brasileira. Ao colocar em diálogo o cânone tradicional e as produções de autoras que foram marginalizadas, o professor amplia o repertório cultural dos estudantes e promove práticas de leitura, escrita e análise crítica que refletem a complexidade das experiências humanas.

A experiência vivenciada no âmbito do Pibid e a reação dos estudantes diante da menção a Júlia Lopes de Almeida confirmam, de maneira concreta, o potencial transformador de uma educação literária plural. Tal experiência reforça que o interesse dos alunos não decorre apenas da novidade do nome, mas da potência que há no reconhecimento de vozes femininas historicamente silenciadas.

Portanto, o percurso reflexivo e prático deste trabalho aponta que a inserção de autoras brasileiras no ensino de literatura não é apenas uma questão de representatividade, mas um compromisso ético com a democratização do conhecimento. Ao articular teoria e prática docente em sala de aula, observa-se a importância de uma educação literária que una tradição e diversidade, passado e presente, leitura e experiência. Ensinar literatura, nessa perspectiva, é também ensinar a reconhecer o outro, seja um ato de resistência ou de esperança na formação de sujeitos críticos, empáticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS





- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A falência**. 2. ed. Jandira: Principis, 2019.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Memórias de Martha**. São Paulo, 2024.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura Afro-Brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019. 295 p. ISBN 978-85-347-0514-1.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FERNANDES, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Zouk: Porto Alegre, 1859.
- FREITAS, Emília. **A rainha do Ignoto**. 2. ed. São Caetano do Sul: Wish, 2020.
- HILST, Hilda. **Poemas malditos, Gozosos e Devotos**. Biblioteca Azul: Campinas, 2005.
- HOOKS, bell. **Teaching to transgress: Education as the practice of freedom**. New York: Routledge, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1960.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Um romance emblemático de Júlia Lopes de Almeida: crise e queda de um sistema*. **Navegações**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 134-141, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-4276.2014.2.21026>. Acesso em: 18 out. 2025.
- NAVARRO, Márcia Hoop; SCHMIDT, Rita Terezinha. **A questão de gênero: ideologia e exclusão**. In: 2º Congresso sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, 2007. Goiânia, Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.
- PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. **Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola**. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (orgs.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.
- PETRY, Ana Cláudia. **Educação literária como prática emancipatória**. In: REIS, Sílvia Maria Ferreira dos; ZILBERMAN, Regina (orgs.). **Educação literária e emancipação social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.
- SAUGO, Mayara Bruna. **A literatura como o aberto: uma análise do conto “Venha ver o pôr do sol” de Lygia Fagundes Telles**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português e Espanhol) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, 2019.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. A história da literatura tem gênero? Notas do tempo (in)de um projeto. In: NAVARRO, Márcia H. (orgs.). **Gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 182-189.



SOUZA, Luciane Noronha do Amaral de. *O sagrado como busca em Poemas malditos, gozosos e devotos, de Hilda Hilst*. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2008.

TELLES, Lygia Fagundes. **Antes do Baile Verde**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

